

Do pensar ao agir em gestão cultural

José Marcio Barros

Jocasta Holanda Bezerra

A gestão cultural, da teoria à prática, constitui o foco central dos doze textos que compõem este livro, fruto dos trabalhos de pesquisa e formação desenvolvidos pelo Observatório da Diversidade Cultural (ODC). Dividido em duas partes, os conteúdos são interligados e complementares, oportunizando reflexões críticas e aplicação prática tanto por produtores e gestores, quanto por artistas, técnicos e agentes culturais. A primeira seção, das “implicações”, é composta por seis textos que convocam diferentes perspectivas conceituais e teóricas para se pensar o campo da gestão cultural. A segunda seção, das “aplicações”, apresenta outros seis textos que assumem uma visão mais empírica, visando produzir efeitos mais pragmáticos.

Em seu conjunto, o livro reúne uma diversidade de temáticas que integram o dia a dia de quem atua no campo da cultura, especialmente aqueles

voltadas aos direitos culturais, à cidadania e à diversidade. Os autores aqui reunidos para além de larga experiência com a práxis cultural, possuem um compromisso histórico de envolvimento com as políticas culturais no Brasil. Além de, em sua maioria, integrarem como pesquisadores e professores o Observatório da Diversidade Cultural, atuam em diferentes territórios culturais (Minas Gerais, Ceará, Mato Grosso, São Paulo, Bahia) e distintas realidades institucionais governamentais e não governamentais, garantindo às abordagens a devida e tão rica diversidade de perspectivas.

O primeiro texto, de autoria de José Oliveira Junior intitulado “Sistemas municipais de financiamento da cultura com ênfase na diversidade cultural”, discute os principais aspectos e desafios dos mecanismos de financiamento da cultura, realizando uma importante interlocução entre cultura, diversidade e desenvolvimento. Mais do que apresentar as características e aspectos destes mecanismos, o autor se dedica a abordar a complexidade de questões sobre o que deve ser financiado pelo Estado, quais as ferramentas adequadas para o acesso a este financiamento, e com base em quais critérios; além de discutir aspectos relativos às novas compreensões sobre as relações entre cultura, diversidade e mercados.

Na continuidade sobre o tema do financiamento da cultura, no texto “Lei Rouanet: salvaguarda para a produção cultural em tempos de crise”, Thiago Alvim discute sobre o principal mecanismo de financiamento de projetos culturais no país, a Lei Rouanet, apontando estratégias, oportunidades de melhorias e aperfeiçoamento para os principais problemas deste mecanismo, entendido como responsabilidade compartilhada entre Governo Federal, por Governos Locais, por patrocinadores e empreendedores culturais. Embora enfrente críticas e questionamentos quanto à sua efetividade, Alvim afirma que aperfeiçoar a Lei Rouanet se impõe ainda mais como uma necessidade nestes tempos de crise que afetam e enchem de incertezas o cenário do fomento público para a área da cultura.

O texto “Participação Social e Gestão Cultural: desafios e oportunidades para construção de políticas públicas de cultura”, das autoras Giordanna Santos

e Renata Melo, apresenta uma discussão crucial para a efetivação dos direitos culturais. Além de apresentar um histórico político da questão da participação social nas políticas culturais no país, o texto aborda algumas noções e reflexões sobre a área da gestão cultural, com intuito de instigar a prática participativa em diferentes contextos no país.

“Política cultural e gestão no campo das culturas populares” é tema do texto de autoria de Jocastra Holanda Bezerra. O texto da autora é esclarecedor para o entendimento histórico da institucionalização da proteção e promoção das culturas populares nas políticas públicas de cultura no Brasil. Além de abordar a atualidade das políticas voltadas ao popular, analisa, criticamente, os desafios para se pensar um modelo de gestão cultural onde as dimensões simbólica, social e econômica, estejam articuladas e sintonizadas com as especificidades das culturas populares.

O quinto texto desta primeira seção, “A construção territorial das políticas culturais”, de autoria de Juan Ignacio Brizuela, traz uma densa reflexão sobre o território como fenômeno complexo na sua relação com as políticas culturais contemporâneas, especialmente no contexto latino-americano. Assim, o texto se caracteriza pela ênfase na dimensão territorial das políticas culturais, a partir da conexão indissociável existente entre cultura e espaço geográfico, e destaca, ainda, a experiência prática de uma organização territorial de base na Argentina, situando-a no contexto da construção do movimento da Cultura Viva Comunitária na América Latina.

Encerra esta primeira parte do livro, o texto “Diversidade Cultural e processos de mediação”, de autoria de José Márcio Barros e Mariana Angelis, que apresenta o debate sobre as relações entre cultura, diversidade cultural e processos de mediação. Os autores nos convidam a pensar as instituições culturais e o seu papel na sociedade contemporânea, sobretudo no que tange ao modo como se relacionam com as diferenças, isto é, como as mediações culturais que se dão em espaços e equipamentos culturais possibilitam - ou não - as relações e conexões com a diversidade cultural.

A segunda seção de leitura, inicia-se com o texto “Mapear para planejar e planejar para transformar: A importância do diagnóstico nos planos de cultura”, de Kátia Costa e Luana Vilutis. Este trabalho reafirma a importância do diagnóstico da realidade no processo de elaboração de planos de cultura. Por meio de estratégias, instrumentos e metodologias participativas, o levantamento, organização e sistematização de informações e dados sobre o contexto cultural, se mostram como instrumentos fundamentais para o planejamento em gestão cultural e, sobretudo, na elaboração de planos municipais de cultura.

O trabalho seguinte, “Gestão de Equipamentos Culturais: Panorama acerca de seus procedimentos básicos”, de autoria de Giuliana Kauark e Plínio Rattes, apresenta uma rica discussão sobre as qualidades, aspectos, características e procedimentos que um gestor cultural deve observar para gerenciar um equipamento cultural. O texto aborda, também, os desafios que na atualidade se apresentam para uma gestão de espaços culturais focada nas questões dos direitos culturais, cidadania e diversidade. Os autores propõem pensar os equipamentos culturais como espaços que podem se tornar locais dinâmicos de convívio e trocas de experiências, bem como de articulação de diferentes conteúdos e ideias.

Em “Gestão de Projetos Culturais”, de autoria de Mariana de Barros Souza e Sócrates Oliveira Júnior, procedimentos e orientações importantes para a gestão de projetos culturais são apresentados em todas as suas etapas de desenvolvimento, desde a elaboração, gestão/execução, à prestação de contas. Embora hoje a cena do fomento à cultura no Brasil gire em torno das leis de incentivo, que se baseiam no mecanismo da renúncia fiscal, o trabalho de Mariana e Sócrates Júnior apresenta um panorama mais amplo de possibilidades de viabilização financeira das iniciativas culturais, tais como - além do próprio fomento público direto e indireto - os patrocínios privados, fomento de agências internacionais, microcréditos e alternativas mais recentes como o financiamento colaborativo.

O trabalho “Aspectos formais e jurídicos do trabalho com a cultura”, das autoras Sheilla Piancó e Diana Gebrim, introduz de forma clara e acessível os

componentes jurídicos implicados e aplicáveis no fazer cultural. O texto é de grande importância, sobretudo, diante da complexidade e do crescimento nas últimas décadas do campo institucional e organizacional da cultura, que passou a exigir profissionais cada vez mais capacitados e especializados para trabalhar com a gestão cultural, considerando o conjunto de regras e normas vigentes.

Na continuidade sobre o tema da produção cultural, o texto de Inti Anny Queiroz, “A produção cultural responsável: uma reflexão histórica e prática”, traz um panorama do processo de conformação do campo da produção cultural no Brasil, demonstrando os caminhos da institucionalização e fortalecimento da esfera da produção cultural no país até os dias atuais. Após essa contextualização, a autora traz, numa segunda parte do trabalho, aspectos relevantes para o desenvolvimento do projeto cultural pensado de forma prática, profissional e ética.

Finalizando o conjunto de textos que integram esta obra, o trabalho “Gestão de comunicação em produção cultural: reflexões sobre a prática”, de autoria de Carlos Vinícius Pereira Lacerda, aborda a importância e a complexidade da gestão de comunicação para projetos culturais na atualidade. O texto apresenta, de forma pragmática, o perfil, funções e áreas de conhecimento importantes para o gestor de comunicação; aspectos do planejamento estratégico e gerenciamento de comunicação para eventos culturais; gestão da comunicação estratégica de patrocínio e parcerias; e gestão da comunicação interna.

Esperamos que este livro possa não só proporcionar boas leituras e reflexões, mas, também, contribuir para fazer avançar nossas práticas de gestão cultural comprometidas com os direitos, a cidadania e o desenvolvimento sustentável. Este é o foco do Observatório da Diversidade Cultural.

Aos autores e leitores, nossos sinceros agradecimentos.